

Dupla Fratura: quando o ambientalismo e o colonialismo navegam juntos

FERDINAND, Malcom. Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

Leide Joice Pontes Portela

Universidade Federal de Rondônia

joice.portela13@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-6917-9967>

Ventos fortes, relâmpagos e trovoadas tomam conta do céu. As ondas agitadas e os ventos em redemoinhos protagonizam a paisagem da terra. Uma tempestade surge para a destruição dos ecossistemas, as violências das guerras, as desigualdades socioespaciais, as discriminações raciais, as opressões das mulheres e a transformação da natureza em mercadoria. É sob a metáfora de uma tempestade moderna que Malcom Ferdinand, na sua inovadora obra “Por uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho”, anuncia que a extinção das espécies, a poluição química, o aceleração do aquecimento planetário e a ausência da justiça ambiental são um alerta de que a tempestade está se formando. A obra traz aspectos sobre como a destruição do meio ambiente e o legado colonial estão intimamente conectados a partir da exploração colonial da terra e da escravidão. Fazendo um debate ambiental, filosófico e antropológico, o autor resgata grupos, categorias e conceitos que estão na margem da discussão científica e centraliza-os.

O massacre dos ameríndios, bem como o saque e a exploração de suas terras, são ações comuns desde a colonização. A caça, a captura, o sequestro, o tráfico, a destituição, a redução, a violação, a compra e a travessia pelo Atlântico também são ações conhecidas. A escravidão das negras e dos negros africanos, retirados de sua terra mãe, junto às violências cometidas aos ameríndios, produziram uma forma destruidora de habitar a

terra. Esse habitar colonial é o grande responsável pela tempestade moderna que se produz nos céus.

Ferdinand usa de uma linguagem alegórica e poética para desnudar a constituição colonial e escravagista que atua sob os corpos dos negros, pobres e subalternizados, isto é, dos *Outros*. Para ele, é necessário pensar a racialidade e a colonialidade para refletir a crise ecológica, ou seja, para falar de justiça ambiental, é necessário se atentar para as injustiças sociais, as discriminações raciais e de gênero, as dominações políticas e a hierarquização dos meios de vida.

A partir do Caribe, lugar em que habitavam os selvagens e canibais, segundo a narrativa dos europeus, o autor martinicano reflete uma ecologia enraizada no mundo caribenho. A escolha do Caribe como palco ecológico não é à toa. Conforme o autor, foi lá que o Velho Mundo e Novo Mundo entrou em contato pela primeira vez, na tentativa de fazer da terra e do mundo uma única e mesma totalidade. O Caribe permitiria uma “conceitualização da crise ecológica associada à busca de um mundo desvencilhado de suas escravizações, violências sociais e injustiças políticas: *uma ecologia decolonial*” (p. 22). Talvez, por isso, e não por outra coisa, se dê a escolha ideológica do autor em pensar a ecologia a partir do Caribe. As experiências de lutas, constituição dos territórios e territorialidades dos negros e negras do Caribe não são iguais as que ocorreram no Brasil, mas há um elo que os ligam: a resistência a um sistema massivo de exploração. O aquilombamento como desobediência civil se mantém no modo de vida que se integra à natureza.

Para Ferdinand, o Caribe nos levaria a apreender a tempestade a *partir do porão da modernidade*. Esse porão, referência ao interior do navio negreiro, onde estariam os negros e negras escravizados e dominados social/politicamente, nos levaria a considerar os imaginários crioulos de resistência e de experiências de lutas (pós-coloniais) existentes no Caribe e no Brasil. As lutas e as resistências nessas duas partes das Américas se conectam por meio de práticas que constituem ecossistemas negros. As comunidades quilombolas, por exemplo, não concebem a forma destruidora de lidar com a natureza.

Diante da tempestade ecológica, a única salvação para a “humanidade” exigiria que abandonassem o mundo. É em face dessa quase-fuga, da tentativa de abandono e da irresponsabilidade violenta para com os *Outros*, que Malcom Ferdinand usa metaforicamente a noção de duas embarcações. Primeiro, a Arca de Noé, como *política do embarque* representa os pensamentos e posicionamentos sociais e políticos diante de uma crise ecológica. Perante a catástrofe, embarcar na arca de Noé é aderir a sobrevivência de

grupos específicos: é uma seleção violenta do embarque, que decide quem pode embarcar para se “salvar” e quem é abandonado. Já o navio negreiro reflete a *política do porão* como uma maneira devastadora de habitar a Terra. O porão do navio negreiro seria, então, o porão da modernidade. Simbolizando muito além da embarcação histórica que transportou os escravizados, o navio expressa um dispositivo político de poder que funda o mundo moderno, fazendo alusão ao espaço agonizante e infernal em que as negras e os negros africanos tiveram que enfrentar.

Ante o anúncio do dilúvio ecológico, muitas pessoas se encaminham rapidamente para a arca de Noé, sem sequer se preocuparem com os que estão abandonados no cais ou com os escravizados no fundo do próprio navio. Ao menor vestígio de tempestade, alguns são acorrentados no convés, *outros* são lançados ao mar. O autor torna nítido que a tempestade molha toda a humanidade, o dilúvio ecológico atravessa todas as pessoas, entretanto, há pessoas que quicá conseguiram chegar até à arca e, se chegarem, sob quais condições? As destruições ambientais não alcançam todo mundo da mesma forma, tampouco anulam as destruições socioambientais e políticas que são direcionadas a corpos específicos. Os *outros*, nesse caso, os não brancos e os excluídos, já tinham seu espaço na arca de Noé negado muito antes das primeiras rajadas de vento no céu.

Ferdinand não separa a questão colonial da questão ambiental, equívoco que se repete nas análises de algumas vertentes de movimentos ambientalistas, de órgãos e na própria ciência, que, por vezes, ainda é imersa em um imaginário ocidental que apaga o contexto colonial e que preserva uma abordagem ambiental acrítica. Para ele, a dupla fratura se apresenta sob o viés colonial e ambiental e; vigora entre os que temem a tempestade ecológica e aqueles *Outros*, os jogados ao mar, acorrentados no interior do navio ou esquecidos no cais. A dupla fratura, conceito elaborado pelo autor, nos permitiria produzir uma dupla crítica ao esquecimento da colonização e da escravização nas narrativas sobre as crises ambientais. Podemos anunciar, a grosso modo, que as crises ambientais são compreendidas pelo autor como uma continuação da dominação colonial e escravagista que intensifica o sofrimento da população negra, quilombola (*marron*) e ameríndia.

O habitar colonial é uma forma brutal de se relacionar com a terra, a partir da exploração destrutiva dos ecossistemas, que, ao decorrer dos séculos, foi apoiado pela escravidão, ditaduras, regimes autoritários e o imperialismo de países europeus que lucram com essa maneira de habitar à terra. Certamente esses seriam escolhidos para se

estabeleceram no convés da arca de Noé, pois o porão seria destinado aos “filhos” da colonização.

No Brasil e na região do Caribe ainda existe, nos moldes da *plantation*, o mesmo princípio: exploração massiva da terra como recurso com fins de exportação comercial e de enriquecimento financeiro. Para o autor, a *plantation* não se limita às fronteiras de propriedade rural ou de fábrica. Ela designaria as injustiças espaciais globais, as relações de poder e de dependência.

Para ele, existe uma continuidade das *plantations* que dita a orientação das instituições públicas, das universidades, dos serviços estatais e até mesmo o gosto dos consumidores, ou seja, comanda as formas de viver junto e de habitar a terra. Disso, resultaria numa estética da repetição, numa uniformização das plantas, das formas de consumir, de se vestir e de pensar o mundo. Quer se trate de plantações agrícolas ou de fábricas, o sistema de *plantation*

Lança luz sobre as violências humanas dos locais de produção, sobre as hierarquias raciais e misóginas, sobre desigualdades, sobre as formas de escravidão e de miséria operária, sobre os riscos sanitários etc. (p. 67),

A *plantation* e a colonização, sob novas roupagens, se amparam no capitalismo e continuam afetando corpos-alvos, e colocam as histórias e os desejos do homem branco no topo da hierarquia de valores, subalternizando a vida dos humanos e não humanos. A ecologia quilombola, então, se tornaria uma territorialidade de resistência que se oporia a esse modo de ver e conceber a natureza, produzindo uma *ecologia decolonial* que sobrevive há séculos.

A escravidão fez com que seus prisioneiros perdessem vínculos com uma mãe terra, a mãe África. O navio negreiro tentou destituir dos seus cativos os pertencimentos culturais, crenças espirituais, práticas sociais, linguísticas, religiosas, entre outras. Os corpos de milhares de negros e negras foram separados de seus ecossistemas.

Apagar o fato colonial tem sido corriqueiro por homens brancos que criticam somente a fratura ambiental, mas esquecem do contexto de violência que a colonização causou nos países pós-coloniais. A fratura colonial coloca em evidência a crueldade com que os colonizadores passaram a tratar e habitar a terra ao colocarem suas histórias e seus anseios no topo da hierarquia de valores, subalternizando a vida dos humanos e não humanos e, como isso segue sendo reforçado pelo liberalismo e capitalismo.

A escravização de homens e mulheres, a exploração da natureza, a “conquista” das terras e dos povos originários, os desmatamentos, as explorações dos recursos minerais e dos solos, constituem elementos de um mesmo projeto colonial. A história colonial e a história ambiental no mundo navegaram juntas desde a travessia do Atlântico, quando seres humanos passaram a explorar e lucrar mediante a escravização de outros seres humanos. Os corpos não brancos e a terra foram apropriadas e se tornaram mercadorias para fazer fortuna para homens brancos. A violência contra os indígenas e as mulheres, o tráfico negreiro transatlântico, a escravidão de milhares de pessoas negras, o genocídio e o racismo contemporâneo têm relação direta com as poluições, degradações, riscos ambientais e outras formas destrutivas de habitar a terra.

A invisibilização da colonização e da escravidão contribui para a manutenção de um habitar colonial que maltrata o meio ambiente. Dessa forma, Ferdinand sugere que as lutas anticoloniais e antirracistas sejam elementos centrais da crise ecológica, pois produzem uma *ecologia decolonial*. Tal ecologia articularia o embate das questões ecológicas contemporâneas com a emancipação da fratura colonial, a partir da *saída do porão do navio negreiro*.

O desembarque desse navio, isto é, o rompimento com a tradição colonial, seria expressada pelas revoltas vitoriosas (Martinica), fugas bem-sucedidas (quilombos) e de revoluções radicais (Haiti). O aquilombamento ou os “*négres marrons*” teve como condição o encontro entre o negro e uma terra, uma natureza. Os quilombolas, então, criaram outra maneira de viver junto e de se relacionar com a terra. O aquilombamento, a partir das suas práticas de manejo agroflorestais, emergiria novamente como resistência ecológica e política, ao confrontar as *plantations* contemporâneas.

Como o exemplo da *plantation*, Ferdinand expressa a transformação de negros e negras – e da natureza – em meros recursos a serem explorados como condição que se manteve nos países pós-coloniais. E, mesmo diante das variadas estratégias do capital para quebrar os vínculos orgânicos entre humanos e a natureza, há grupos que rompem com a lógica do Antropoceno¹, como é o caso dos quilombos. Mesmo diante das violências cometidas pela escravidão e pela forma colonial de habitar a terra e conviver com a natureza, existiu o aquilombamento – ou a *marronage* -, no Caribe, - como forma de

¹Segundo Ferdinand (2022, p. 19), seria a oposição dualista que separa natureza e cultura, meio ambiente e sociedade, estabelecendo uma escala vertical de valores que coloca “o Homem” acima da natureza. O conceito de “Antropoceno”, popularizado por Paul Crutzen, Prêmio Nobel de Química em 1995, designaria a nova era geológica que sucede ao Holoceno, na qual as atividades dos humanos se tornam uma força maior que afeta de forma duradoura os ecossistemas da terra.

resistência, como uma maneira de rompimento com a forma de *ser* e *viver* nos países afetados pela colonização.

São estes os povos que representam a ecologia decolonial como um caminho, uma direção a uma ecologia-do-mundo. Os quilombolas mostram cotidianamente novas formas de fazer-mundo; um mundo que ultrapasse a dupla fratura da modernidade. Nem arca de Noé, nem navio negreiro, o navio que o autor propõe para atravessar a tempestade é o navio-mundo. Este reflete uma ecologia que pensa em reestabelecer uma relação harmoniosa com a terra.

Referências

FERDINAND, Malcom. *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo Caribenho*. Tradução Letícia Mei; prefácio Angela Davis; posfácio Guilherme Moura Fagundes. – São Paulo: Ubu Editora, 2022.

Recebido em 10 de abril de 2023.

Aceito em 21 de fevereiro de 2024.